

## REVOLTA DOS COLONOS, REVOLUÇÃO FARROUPILHA E A GUERRA DO CONTESTADO

Marilei Veroneze

### Revolta dos Colonos

A história do Sudoeste do Paraná está intimamente vinculada à luta pela terra, concebida pela elite como fonte de poder (político/econômico) e pelos camponeses como espaço de trabalho e de relações, orientado para a produção e reprodução da vida biológica e social.

A Revolta de 1957, Revolta dos Colonos confrontou o “capital comercial, envolvido com a comercialização de títulos de terra e da madeira”, com os agricultores familiares - ou camponeses posseiros - e moradores urbanos.

Na realidade, o que se delineava no Sudoeste era a luta permanente entre os dois pólos extremos do processo de ocupação do território brasileiro: de um lado, o monopólio fundiário, de outro, a divisão da terra em pequenas propriedades.

A Revolta de 1957 ocorreu num contexto agrário nacional onde predominava a inércia de um governo de orientação economicista e tecnocrática, denunciado por segmentos expressivos da Igreja Católica, intelectuais, estudantes, operários e a própria imprensa.

O contexto da Revolta de 1957 é marcado, a nível nacional, por novas formas de exploração capitalista no campo, manifestando-se nos vários aspectos que compõem a realidade brasileira. É nesse período que a produção agrícola começa a ter na agroindústria seu primeiro mercado.

Para entendermos este movimento, precisamos retornar ao início da colonização da região, cujo marco é a criação do Território Federal do Iguazu e a instalação da Colônia Agrícola General Osório (CANGO), no início da década de 1940, projetados para promover a colonização dirigida ao longo da fronteira com a Argentina.

A disputa pelas terras do Sudoeste agravou-se depois da vitória jurídica de José Rupp, em 1945, numa ação iniciada dezoito anos antes, contra a empresa Brazil Railway Co., que não lhe pagara os dormentes fornecidos. Como a Brazil Railway Co. havia sido encampada pelo governo Federal em 1940, o crédito de Rupp era junto ao Poder Público Federal.

Frustradas várias tentativas de acordo, Rupp aliou-se a Mário Fontana, amigo do Governador Lupion, que exercia influência junto ao Governo Federal, criando a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) com a finalidade de colonizar o Sudoeste. Mais tarde, Fontana comprou os direitos de Rupp e, por influência de Lupion, numa operação ilegal, em 1950, a CITLA adquiriu as Glebas “Missões” e “Chopim” do Governo Federal, através da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPU)<sup>5</sup>.

Para Feres, o que se delineava no Sudoeste, era a luta permanente entre os dois pólos extremos do processo de ocupação do território brasileiro: de um lado o monopólio fundiário, de outro a divisão da terra em pequenas propriedades. “A fronteira da colonização mostrava-se o terreno ideal para esse confronto” (FERES, 1990, p. 508).

Enquanto os jagunços, que se encontravam à serviço das companhias colonizadoras, agiam violentamente contra os posseiros, cometendo todo tipo de atrocidades contra eles espancando, estuprando, queimando casas e matando animais e familiares seus -, o Estado, nas suas instâncias local e estadual, por ação das forças políticas favoráveis à grilagem praticada na região, era conivente com a violência.

Na esfera federal, o Estado industrializante mantinha-se distante, omissos em relação aos problemas fundiários; Juscelino Kubitschek não tomou providências quando recebeu, em 7/04/57, dos colonos Rosalino Albano da Costa e Augusto Pedro Pereira um abaixo assinado subscrito por mais de 2 mil pessoas que denunciava a violência das companhias e o envolvimento da polícia.

Na tentativa de se defender dos jagunços, muitos colonos aliaram-se a bandidos e também praticaram arbitrariedades. Conta Wachovicz (1987, p. 175) que colonos da fronteira - da localidade de Capanema - pediram a ajuda de Pedro Santin, um conhecido valentão da região que ganhava a vida na oportunidade, contrabandeando gado argentino para açougues da região. Este reuniu 11 colonos e atacou o escritório da Colonizadora Apucarana na localidade de Lajeado Grande. Cercou o escritório e ateou fogo. Os que iam pulando para fora eram eliminados.

Na luta entre os colonos posseiros e os jagunços da Apucarana, na região da fronteira, um dos acontecimentos de maior repercussão e que desencadeou o levante foi o assalto à

caminhonete, ocorrido no dia 14 de setembro de 1957, no quilômetro 17 da estrada Santo Antônio a Lajeado Grande. Alertados sobre uma emboscada, os chefes da colonizadora desistiram de ir a uma reunião, mandando apenas o motorista e um jagunço com a ordem de darem carona a quem estivesse na estrada. A emboscada do grupo de Santin concretizou-se, ocorrendo a morte de sete pessoas. Os colonos mataram cinco de seus pares. “Um dos atacantes inclusive participou do assassinato de seu próprio pai, que havia pedido carona”. (WACHOVICZ, 1987, p. 175).

Começam, então, os conflitos, culminando no movimento de massa conhecido por Revolta Camponesa, Levante dos Possesiros ou Revolta dos Colonos, em 10 de outubro de 1957, quando milhares de colonos possesiros pegaram em armas e apoderaram-se dos principais municípios do Sudoeste do Paraná, expulsando e substituindo as autoridades constituídas.

A orientação economicista e tecnocrática e a inércia de Juscelino Kubitschek foi denunciada por segmentos expressivos da Igreja Católica, intelectuais, estudantes, operários, a própria imprensa, além de uma ala jovem de políticos que, nesse contexto, passaram a assumir uma atitude mais ativa e direta na discussão sobre a miséria das massas brasileiras - sobretudo camponesas - e sobre as formas de se lutar contra essa miséria. Pela primeira vez, a sociedade brasileira passou a demonstrar uma certa tolerância e abertura em relação ao surgimento de organizações camponesas, mobilizando as populações rurais para uma fase nova de lutas (FERES, 1990, p. 332-3).

Para o autor (1990), a posição de Juscelino Kubitschek tendeu sempre para uma condescendência clara para com os ruralistas ou com grupos de especuladores, no caso das áreas de colonização e de grilagem. Por isso, o fim do seu governo marcou o início de uma fase de acirramento das lutas no campo. Datam dessa fase, as tentativas de criação de um movimento camponês autônomo - as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais.

Após a expulsão das companhias imobiliárias, a luta continuou para transformar os possesiros em proprietários. Em 1961, o Presidente Jânio Quadros declarou a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim de Utilidade Pública; em 1962, o então Presidente João Goulart criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) com a

finalidade de resolver definitivamente o problema das posses. No encerramento de suas atividades, em 1973, haviam sido titulados 32.256 lotes rurais e 24.661 urbanos.

Para Martins (1994), o GETSOP foi um modelo embrionário da intervenção militar na questão agrária, durante a ditadura militar, culminando na criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT)<sup>16</sup> no início de 1980, nos dias da Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, visando conter o envolvimento maciço da hierarquia católica na questão indígena e camponesa.

Ainda de acordo com o autor acima (1994, p. 64-5), os conflitos do Sudoeste do Paraná atingiram diretamente um dos principais mecanismos de reprodução do poder oligárquico: a grilagem de terras, que ainda não constituía uma questão social e política disseminada amplamente. A novidade do Sudoeste “estava no fato de que a terra era usada fundamentalmente para obter retornos econômicos e não retornos políticos”, contrariando uma tradição histórica nacional.

Na Revolta de 1957, portanto, não houve conotação ideológica de esquerda. O estímulo veio dos líderes do PTB e da UDN, alinhados ao projeto do governo Vargas para a região e opositores de Lupion, sensibilizados com a situação dos colonos posseiros, mas, sobretudo, temerosos de que a concretização do projeto industrial de Fontana pudesse atrapalhar suas ambições políticas e econômicas.

## Revolução Farroupilha

A Revolução Farroupilha, também é chamada de Guerra dos Farrapos ou Decênio Heróico ( 1835 - 1845), eclodiu no RS e configurou-se, na mais longa revolta brasileira. Foram diversas as causas que levaram os farroupilhas a atacarem Porto Alegre, no dia 20 de setembro de 1835, dando início a Revolução Farroupilha, que estendeu-se, até o dia 11 de setembro de 1836, quando Antônio de Souza Neto, proclamou a República Riograndense. **Guerra dos Farrapos** ou **Revolução Farroupilha** são os nomes pelos quais ficou conhecida uma revolução ou guerra regional de caráter republicano contra o governo imperial do Brasil, a então província de São Pedro do Rio Grande, e que resultou na declaração de independência da província como estado republicano, dando origem à República Rio-Grandense. A insurreição durou entre 1835 a 1845. A revolução, que originalmente não tinha caráter separatista, influenciou movimentos que ocorreram em outras províncias brasileiras: irradiando influência para a Revolução Liberal que viria ocorrer em São Paulo em 1842 e para a Revolta denominada Sabinada na Bahia em 1837, ambas de ideologia do Partido Liberal da época, moldado nas Lojas Maçônicas. Após esta data, iniciou-se então, uma guerra que durou até 28 de fevereiro de 1845. Muitos fatos aconteceram, várias pessoas morreram, e quase dez anos depois de muitas lutas e combates, houve a pacificação.

Os problemas econômicos que atingiam as classes dominantes, figuram entre as principais causas da revolução. Os poderosos estancieiros gaúchos queriam que o governo imperial, protegesse a pecuária do RS e dificultasse a entrada do charque argentino e uruguaio no Brasil, que devido o baixo imposto de importação, fazia concorrência desleal, arruinando a economia gaúcha. Essa mesma elite dos grandes fazendeiros, também lutava junto ao governo imperial, por uma maior liberdade administrativa para o RS. Embora a justificativa original estivesse no conflito político entre os Liberais que propugnavam um modelo de estado com maior autonomia às províncias, e o modelo imposto pela constituição de D. Pedro I de caráter unitário, o movimento encontrou forças na posição secundária, econômica e política, que a Província de São Pedro do Rio Grande ocupava nos anos que se sucederam à Independência. Diferentemente de outras províncias, cuja produção de gêneros primários se voltava para

o mercado externo, como o açúcar e o café, a do Rio Grande do Sul produzia para o mercado interno. Seus principais produtos eram o charque e o couro. As charqueadas produziam para a alimentação dos escravos, indo em grande quantidade para abastecer a atividade mineradora nas Minas Gerais. A região desse modo encontrava-se dependente do mercado brasileiro de charque, que com o câmbio supervalorizado podia importar o produto por custo mais baixo. Além disso, instalava-se nas Províncias Unidas do Rio da Prata, uma forte indústria do charque, da qual participava Rosas, e que competindo pela compra de gado do Uruguai, que deixara de ser brasileiro, diminuía a atividade econômica das charqueadas sul-riograndenses.

Conseqüentemente, o charque rio-grandense tinha preço maior do que o similar oriundo da Argentina e do Uruguai, perdendo assim competitividade no mercado interno. A tributação da concorrência externa era uma exigência dos pecuaristas que constituíram a liderança social da revolução. Esta tributação não era do interesse dos principais compradores brasileiros que eram os que detinham as concessões das lavras de mineração, os produtores de cana-de-açúcar e os cafeicultores, pois veriam reduzida a lucratividade das mesmas, por maior dispêndio na manutenção dos escravos.

Influenciada por essas questões, a Revolução Farroupilha, liderada por ricos estancieiros da então província rio-grandense resultou numa república independente em pleno Brasil imperial.

A revolução farroupilha não foi, portanto, uma revolta do povo pobre, e sim, uma rebelião dos ricos estancieiros que lutavam pelos seus interesses econômicos e políticos. O povo só participou do movimento, sob o controle dos fazendeiros. Não existia entre os líderes, o desejo de libertar o povo da exploração social, da escravidão ou da vida miserável. A república Riograndense tinha escasso apoio nas áreas colonizadas pela recente imigração alemã. Estes imigrantes iniciavam as feitorias de linho-cânhamo em colônias cedidas pelo Império, no Vale do Rio dos Sinos, e esboçava uma indústria manufatureira. Em Porto Alegre, apesar da simpatia de parte das camadas médias, da qual proveio Pedro Boticário, um ideólogo do abolicionismo, não recebia apoio popular. Sua base social era originária especialmente de estancieiros com capacidade de liderar exércitos particulares de "peões", vaqueiros que lhes prestavam serviços ou deles

dependiam para subsistência e defesa e cuja obediência e fidelidade era garantida por traços feudais da cultura local; e por escravos, que no meio rural eram incluídos no convívio social dos peões. Como haviam interfaces com o Uruguai, também eram contratados elementos de lá provenientes. Os exímios cavaleiros forjados nas lides campeiras, chamados "gaúchos" formavam corpos de cavalaria de choque aptos a travar uma guerra de guerrilha. Esses exércitos dispunham de alta mobilidade e conhecimento do terreno, mas sem dispor de infantaria nem adequada artilharia os Farroupilhas tinham fraca capacidade bélica contra as cidades fortificadas do Rio Grande e Porto Alegre, e pouca capacidade de defesa das praças que controlavam.

Entre os principais líderes, destacam-se: Bento Gonçalves, Davi Canabarro, José Garibaldi, Antônio de Souza Neto, Gomes Jardim e Lucas de Oliveira.

O momento máximo da expansão do movimento deu-se em 1839, com a fundação da República Juliana, na cidade de Laguna em Santa Catarina, sob comando de Canabarro e Garibaldi.

As capitais da República Riograndense, foram Piratini, Caçapava e Alegrete. Os oficiais farroupilhas, reuniram-se nos Campos de Ponche Verde, e discutiram as questões do tratado de paz. Ocorreu então, um tratado entre duas nações: Rio Grande do Sul e Brasil. Assinou o tratado representando os farroupilhas, Davi Camabarro e pelos imperiais, Duque de Caxias, no qual não houve vencedores ou vencidos.

## A Guerra do Contestado

A guerra do Contestado é um dos principais episódios bélicos da história brasileira e um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil. Ocorrida no início do século 20, esta luta pela propriedade da terra envolveu um terço do território catarinense, colocou em cena questões centrais da cultura brasileira da época, como o messianismo, entrada do capital estrangeiro no país, a política coronelista e a figura do caboclo. Apesar de sua dimensão, o acontecimento foi negado nos livros escolares, esquecido pela historiografia e praticamente apagado pela memória nacional.

**No período compreendido entre 1912 e 1916, inicialmente na área disputada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina, denominada região do Contestado, uma luta camponesa pela propriedade da terra levou às armas cerca de vinte mil pessoas. Revoltados com os governos estaduais, que promoviam a concentração da terra em benefício dos grandes fazendeiros, e com o governo federal, que concedeu uma extensa área já habitada a empresa estadunidense responsável pela construção do trecho da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande no território, os sertanejos enfrentaram as forças militares dos dois Estados e do Exército nacional, encarregadas da repressão.**

Um ano após a morte do monge José Maria que peregrinava pelo sertão, surge na região do Irani, um movimento messiânico que acredita na vinda do messias salvador a partir da sua ressurreição e, predominará então, um governo de fraternidade, justiça e paz. Os caboclos, chegam a ter controle sob uma área equivalente ao atual estado de Alagoas, ou seja, vinte e oito mil quilômetros quadrados. Lutaram contra a entrada do capital internacional, que explorava e vendia madeira e terra aos colonos imigrantes.

A Guerra do Contestado, como ficou conhecida à tragédia, terminou com o massacre e rendição em massa dos caboclos, que, embora tivessem se empolgado com as primeiras vitórias, não puderam resistir á superioridade bélica das forças repressivas. Além do fuzil, do canhão e da metralhadora, a aviação com fins militares, foi, pela primeira vez, utilizada na América Latina.

A Guerra do Contestado tem suas origens na estrada de ferro construída na região na primeira década do século 20. Deve-se basicamente à revolta dos caboclos com a espoliação das terras em que viviam pela Companhia estadunidense encarregada de



construir a ferrovia. A estrada, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, era uma pretensão ainda dos tempos do Império, com o objetivo de promover a ligação do centro com o sul do país num território pouco povoado, mas principalmente um instrumento de segurança nacional, visto que serviria para o imediato envio de tropas militares caso concretizasse a suposição sempre existente de uma possível invasão Argentina num território cujos limites nunca estiveram bem definidos.

A questão remonta os tempos do Tratado de Madri, assinado em 1750 por Portugal e Espanha. A dúvida estava na área compreendida entre os rios Peperi-Guaçu e Chapecó, que hoje compreende parte do território oeste do Paraná e Santa Catarina. Embora o acordo assinado em 1895 tivesse posto fim à questão, a desconfiança por parte das autoridades brasileiras com um suposto descontentamento argentino persistia. A invasão, porém, nunca aconteceu.

O acordo feito pelo governo brasileiro com a multinacional Brazil Railway Company estabelecia a construção da ferrovia em troca de terras numa extensão de quinze quilômetros de cada lado dos trilhos, dando o direito à empresa para retirar e exportar a madeira, que era a principal riqueza da região, e vender as terras a colonos interessados em povoar a área. Tanto que a mesma empresa encarregou-se de construir uma companhia subsidiária, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, que viria a estabelecer na região o maior complexo madeireiro e colonizador da América Latina. Como consequência disso, a população cabocla que habitava o território foi ignorada pelas forças políticas econômicas.

Além da agressão que se dá com a retirada da terra e a consequente expulsão do caboclo, à base de muita violência, evidencia-se também uma imposição de valores alheios ao modo de vida do caboclo e que esta de acordo com a lógica do desenvolvimento capitalista. Sobretudo, conforme a professora Marli Auras, na transformação da terra em bem de produção que acarretou a institucionalização da propriedade privada, em detrimento da simples ocupação ou posse, como ocorria desde há muito tempo e até a chegada do capital. A lógica de apropriação não só causa estranhamento, mas soa também como agressão ao caboclo, que se revolta principalmente ao ver as terras que habitavam serem vendidas pelas companhias colonizadoras a colonos imigrantes. O

caboclo além do fato de passar a ser tratado como intruso, é estigmatizado pelo colonizador, e seus hábitos e tradições são desrespeitados.

A expulsão da população cabocla contou com a participação da política coronelista que imperava na região através dos fazendeiros conhecidos. Estes também viam o caboclo como empecilho para a expansão de suas propriedades e só o consideravam como serviçal a seus interesses nas tarefas rotineiras das fazendas. Os fazendeiros e seus jagunços, aliados às tropas oficiais, cumpriram papel central na repressão e dizimação da população revoltosa.

A inferioridade bélica frente a um exército poderoso, patrocinado, primeiro, pelos governos do Paraná e Santa Catarina e, depois, pelo efetivo nacional, levou os caboclos a recorrerem as forças sobrenaturais, encontrando amparo na crença em figuras religiosas que há muito peregrinavam pela região. O messianismo se instaura principalmente após a morte do Monge José Maria no combate do Irani, a primeira batalha do Contestado. Em outubro de 1912, depois de expulso da região de Curitiba, um grupo de peregrinos alijados de suas terras defrontou-se com o regimento paranaense, que entendia a ocupação cabocla como invasão catarinense a um território cujos limites estavam em litígio. A disputa de território entre os dois estados teve origem no desmembramento do Paraná da então Província de São Paulo, em 1853. As forças políticas do Paraná entendiam como propriedade do novo estado todo o território ao sul antes pertencente a São Paulo, entendimento com o qual Santa Catarina não concordava. A questão que dá o nome ao Contestado só é solucionada através de um acordo de limites em 1916, ano em que também finda a guerra. Durante esse período, os interesses de Santa Catarina e Paraná também se somaram às causas do conflito.

O principal fato da batalha do Irani foi a morte do coronel João Gualberto, comandante do regimento paranaense, e do monge José Maria. No primeiro caso, por dar estímulo as forças militares contra a população revoltosa. No segundo, porque desperta nos caboclos uma força sobrenatural a partir da crença de ressurreição do monge, elevado à condição de messias.

O messianismo presente no Contestado, é facilmente explicável quando se leva em consideração a situação dos excluídos. Sem condições militares, materiais e culturais para

vencer os inimigos, recorreram ao sobrenatural, ao poder de uma força divina que no mínimo os colocasse em condições de igualdade numa guerra que se configurava como inevitável.

A questão do monge, por mais enigmáticas que sejam as razões que o motivou, dificilmente teria levado a outro caminho que não a crença de se estar na presença de um novo cristo. O misto de exaltação e revolta eliminaram qualquer possibilidade racional de entender o que realmente estava acontecendo. Associado a isto há que se levar em consideração a total ausência de cultura da população cabocla, numa época e região em que os valores mágicos e religiosos perpassam toda a ideologia.

Apesar da resistência e das muitas batalhas ao longo dos quatro anos, a população cabocla foi, em parte, dizimada pelas forças repressivas. Os números são contraditórios, mas estima-se que perto de vinte mil pessoas tenham sido mortas na Guerra, um número bastante expressivo numa época em que o número de habitantes na região era estimado em apenas 50 mil pessoas.

### **Bibliografia Consultada**

HEINSFELD, Adelar (org). **A região em perspectiva: diferentes faces da história catarinense**. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001.

VALENTINI, Delmir J., **Da cidade santa a corte celeste: memória de sertanejos e a guerra do contestado**. Caçador: Unc, 1998.

WACHOWICZ, Rui C. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2. ed., Curitiba: Vicentina, 1987.